



ACADEMIA NACIONAL DE ESTUDOS TRANSNACIONAIS

A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO NA PROMOÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EXPECTATIVAS E DESAFIOS¹

Nicole Xavier da Cunha Minvielle²

O casamento infantil forçado, o tráfico humano, a violência doméstica, o acesso precário à saúde e à educação, a exploração sexual, a falta de representatividade política e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho são obstáculos que aproximam as mulheres das mais diversas religiões, idades, classes sociais, orientações sexuais e etnias, ao redor do mundo. Em reconhecimento às realidades enfrentadas pela população feminina mundial, em setembro de 2015, a questão da igualdade de gênero foi incorporada à Agenda 2030. Na ocasião, os 193 países membros da Organização das Nações Unidas – ONU estabeleceram 17 novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e 169 novas metas, necessárias para atingir a paz, a prosperidade e a sustentabilidade dos povos e da comunidade internacional, nos próximos quinze anos (NAÇÕES UNIDAS, 2015a).

A questão da igualdade de gênero, o quinto ODS, não representou uma novidade da Agenda 2030, uma vez que já integrava os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, o plano de ação da ONU que perdurou de 2000 à 2015. Num balanço geral, descrito detalhadamente no Relatório sobre os Objetivos de

¹ O presente texto faz parte do Projeto Seção ODS realizado em conjunto pela ANET e Engajamundo e coordenado pelo Diretor Acadêmico da ANET, Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo.

² Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).



ENGAJAMUNDO



Desenvolvimento do Milênio (2015), foi possível constatar que os esforços em comum empreendidos pelos povos e países na última década trouxe melhorias visíveis na situação das mulheres³. O percentual de meninas frequentando a escola, sobretudo nos ensinamentos primários e secundários, cresceu. No mercado de trabalho, um maior número de mulheres passaram a ocupar cargos de diretoria, saíram de empregos vulneráveis e/ou não remunerados e tiveram acréscimos nos salários. Na política, a presença feminina, ainda que permaneça ínfima, aumentou, sobretudo nas regiões da África e da Ásia (NAÇÕES UNIDAS, 2015b; UN WOMEN, 2017). Os progressos conquistados pelas mulheres na última década se revelaram importantes, contudo, é visível que um longo caminho ainda deve ser percorrido. Inserir a igualdade de gênero como um dos 17 ODS é, portanto, vital para a continuação e a aceleração do progresso que vem sendo obtido.

A Agenda 2030 contempla, dentro de seu plano de ação, objetivos como a erradicação da pobreza, o combate à fome, a busca pelo ensino de qualidade, a garantia de emprego digno e acessível, a redução das diversas desigualdades, a promoção da paz e o engajamento com um mundo mais sustentável. Todas as questões fundamentais na busca de um mundo mais justo e igualitário, mas que não terão êxito sem que as questões de gênero sejam colocadas no centro do debate. Pensar em estratégias de empoderamento para meninas e mulheres sugere melhorar e acelerar o potencial de metade da população mundial. Bem como, desenvolver planos de ações mais eficazes nas áreas da saúde, da educação, do trabalho e da política, contribuem para obter êxitos nos demais ODS supracitados.

Na economia mundial verifica-se que apenas 49% das mulheres em idade ativa para exercer uma função remunerada, são absorvidas pelo mercado de trabalho (THE WORLD BANK, 2018). Na prática, isto significa uma enorme perda aos

³ Para maiores informações a respeito dos resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, consultar o relatório oficial, disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em: 31 de mar. de 2018.



ENGAJAMUNDO



PIBs das economias nacionais. No Brasil, por exemplo, a International Labour Organization – ILO (2017) estima que o ingresso das mulheres em atividades remuneradas aumentaria o PIB brasileiro em 3,3%, ou seja, um acréscimo de 116 bilhões de dólares aos cofres públicos. No mundo, isso poderia significar o aumento de 3,9% do PIB internacional. Para as economias locais, tais ações estariam em concordância com o ODS 10, de reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, por meio da alocação de um maior número de pessoas no mercado de trabalho.

Outras questões que devem ser pontuadas, é que as mulheres trabalham por mais tempo, ganham em torno de 24% a menos que os homens, que possuem a mesma formação e ocupam o mesmo cargo, e exercem a maioria dos trabalhos não remunerados (como as tarefas domésticas) (UNSTATS, 2015). Por essas razões, parte das metas do quinto ODS reconhecem a necessidade de valorizar o trabalho doméstico não remunerado (ODS 5.3) e empreender reformas para que as mulheres obtenham os mesmos direitos aos recursos econômicos (5.5). Inserir uma maior força de trabalho feminina significa, em primeiro lugar, garantir o sustento e a independência financeira feminina e dos lares chefiados por mulheres. Em segundo lugar, a alocação de um maior número de pessoas no mercado de trabalho e a geração de um maior número de riquezas acarretam na expansão das economias locais, nacionais e globais, e, conseqüentemente, no sucesso dos demais ODS, como erradicar a pobreza (ODS 1) e a fome (ODS 2), promover o crescimento econômico e o pleno emprego para todos (ODS 8) e promover a industrialização e a inovação (ODS 9).

Garantir o acesso de meninas e mulheres à educação é um passo fundamental para o empoderamento e a autonomia feminina. Estima-se que 2/3 dos países em desenvolvimento alcançaram a paridade de gênero no ensino primário, sobretudo nas regiões do Cáucaso e Ásia Central, Ásia Oriental, América Latina e Caribe, Sudeste Asiático e Sul da Ásia (WORLD ECONOMIC FORUM, 2017). No demais níveis de ensino, batalha-se para obter resultados semelhantes. Um dos empecilhos para sua concretização reside nas ditas práticas nocivas, como o



ENGAJAMUNDO



casamento infantil forçado. A International Center for Research on Women – ICRW (2017) sustenta que em países do sul global, 1/3 das meninas são casadas antes dos 18 anos, e uma em cada nove meninas são noivas antes dos 15 anos. Uma vez que a maioria das meninas se casam com homens mais velhos, a ICRW (2017) avalia que as crianças noivas estão mais expostas à violência doméstica, a interrupção do desenvolvimento pessoal e cognitivo, e à privação de interações sociais e da formação escolar (UNICEF, 2016).

As meninas, nestes contextos, se tornarão mulheres dependentes dos homens, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de ocupação de cargos de chefia e cargos políticos, além de estarem sujeitas às mais diversas formas de violências conjugais. Impulsionar a educação feminina é permitir que as mulheres tomem consciência de suas condições e criem seus próprios instrumentos de resistência. Além disso, promover o maior acesso a informação e educação traz progressos em todas as áreas do desenvolvimento e do conhecimento, trabalhando em conjunto para atingir os outros ODS, como de assegurar uma educação inclusiva para todas e todos (ODS 4), de gerir a água de forma consciente (ODS 6), de ter acesso à energia (ODS 7), de promover consumos sustentáveis (ODS 12), de conservar os mares (ODS 14) e de proteger os ecossistemas (ODS 15).

A sexta meta do quinto ODS se refere especificamente à obtenção da saúde sexual e reprodutiva feminina. Em 2017, o Global Gender Gap Report, documento elaborado anualmente pelo World Economic Forum para medir situação de desigualdade das mulheres em seus respectivos países, afirmou que apenas 34 países conseguiram garantir o acesso igualitário de homens e mulheres à saúde. Em outras palavras, dentre os 144 países analisados pelo estudo, mais de 75% dos países ainda possuem desigualdades na esfera da saúde. Na África subsaariana, por exemplo, apenas metade das mulheres grávidas recebem cuidados pré-natais, o que afeta não só a sua qualidade de vida, como o desenvolvimento do bebê. Outras questões que envolvem a saúde feminina, é a prática ainda existente da mutilação genital, a descriminalização do aborto e a falta de atendimentos



ENGAJAMUNDO



especializados para tratar casos de violência doméstica e/ou violência sexual. Em suma, garantir o acesso à saúde feminina é urgente para assegurar uma vida saudável à todas e à todos (ODS 3), e reduzir tanto a mortalidade das mulheres quanto a mortalidade infantil (UNSTATS, 2015).

No que tange a política, a participação feminina nos congressos aumentou de 17% para 23%, nos últimos dez anos (UNITED NATIONS, 2016). As quotas eleitorais acordadas em âmbito internacional e, posteriormente, implementadas por mais de 120 países ao redor do mundo, garantiram o aumento da representatividade feminina nos parlamentos e nos congressos de 90% dos 174 países analisados. O maior número de mulheres que assumiram cargos políticos se encontra atualmente na África Subsaariana e no Norte da África, que desde a década de 90 tiveram um aumento de 10% e 20%, respectivamente. Em regiões como o Sul e Sudeste da Ásia os cargos políticos ocupados por mulheres chegaram a duplicar (NACOES UNIDAS, 2015b). Ainda assim, os progressos na política prosseguem de forma morosa. É justamente nesta esfera, comparada à educação, trabalho e saúde, que as desigualdades baseadas no gênero são mais desacerbadas. Conforme o World Economic Forum (2017), ainda precisa-se fechar 77% das lacunas que estão abertas na política mundial.

A inserção do maior número de meninas e mulheres na sociedade é fundamental para que espaços de diálogos e resistências sejam construídos. Todavia, é importante lembrar que as raízes das desigualdades de gênero são mais profundas do que meras reformas nos setores da educação, da saúde, da política e da educação. As idealizações de papéis masculinos e femininos impostos sobre os corpos sexuais são socialmente e historicamente construídas pelos povos. Acabar com a discriminação e a desigualdade baseada no gênero significa, antes de tudo, enfrentar estruturas patriarcais e misóginas (racistas e classistas) que diferenciam as características, as oportunidades e as capacidades baseadas unicamente no sexo biológico. Em outras palavras, as desigualdades entre homens e mulheres são originadas por costumes e por normas, e sem repensar as estruturas que regem esses valores, a mudança não é plenamente possível. Sinal



ENGAJAMUNDO



disso é que, apesar dos resultados positivos atingidos nos últimos anos, nossos avanços continuam a caminhar a passos lentos. Em discordância às ambiciosas expectativas da Agenda 2030, o World Economic Forum (2017) prevê (positivamente) que a equidade de gênero será atingida, em 106 países⁴, somente nos próximos 100 anos. Na esfera da educação, as disparidades poderão ser fechadas em 13 anos. Na política, em 99 anos. No trabalho, a igualdade dificilmente será atingida nos 217 anos. Na saúde, em razão do aumento das disparidades em cerca de 80 países, em relação ao ano de 2016, o FEM nem ao menos se arrisca em fazer previsões.

Quais podem ser, então, nossas expectativas em relação ao quinto ODS, referente à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino?

A análise dos dados trazidos ao longo deste trabalho não necessariamente nos guia para uma visão fatalista e pessimista. Pelo contrário, o propósito é indicar a urgência e a importância de pensarmos no quinto objetivo dos ODS para alcançarmos a sonhada paz e prosperidade mundial. A construção de objetivos e de metas por parte de Estados e de organizações está longe de responder às problemáticas que envolvem as questões de gênero, mas podem abrir caminhos e fornecer instrumentos para que as mulheres sigam suas lutas. É responsabilidade da sociedade civil utilizar os ODS para alertar e denunciar as desigualdades, ao mesmo tempo que pressionar para que os debates de gênero continuem crescendo à nível local, nacional e internacional. Apontar e repensar teoricamente as estruturas que perpetuam a condição de desigualdades das mulheres não exime os Estados e os povos a incentivarem a promoção de reformas. Criar e implementar políticas públicas para combater quaisquer formas de discriminação contra as meninas e as mulheres (ODS 5.1), de violências (ODS 5.2) e de práticas nocivas (5.4), podem não bastar para eximir o problema, mas,

⁴ Estes números refletem uma média dos anos em que as diferentes regiões precisarão para extinguir as lacunas baseadas no gênero. Para o FEM (2017) a Europa ocidental ainda precisará de 61 anos, o sul da Ásia de 62 anos, a América Latina e o Caribe de 79 anos, a África Subsaariana e 102 anos, a Europa oriental e a Ásia Central de 128 anos, o Norte da África e o Oriente Médio de 157, o leste da Ásia e o Pacífico de 161 e a América do Norte de 168 anos.



a curto prazo, podem ser as únicas alternativas de sobrevivência para as mulheres.

A igualdade de gênero está longe de ser obtida nos próximos doze anos, nos quais a Agenda 2030 estará em vigor. E, tampouco, serão os Estados e as organizações internacionais responsáveis por revolucionar a situação das mulheres. As grandes lacunas que ainda estão presentes em todas as regiões do globo denunciam que a luta das mulheres por direitos iguais e por independência apenas começou, e não sabemos quanto tempo nos custará. O que sabemos é que os progressos nas esferas sociais, ambientais e econômicas só poderão ser plenamente alcançados e efetivados, conforme as lacunas das discriminações baseadas no gênero sejam combatidas, diminuídas e, um dia, superadas.

Referências

ILO, **World Employment Social Outlook**, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2017/WCMS_557245/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 21 mar. 2018.

NACOES UNIDAS, **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**, 2015a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

NACOES UNIDAS. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 201b. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

THE WORLD BANK, Labor participation, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.ACTI.1524.FE.ZS>>. Acesso em: 21 mar. 2018.



UN WOMEN, **Annual Report 2016-2017**, 2017. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2017/un-women-annual-report-2016-2017-en.pdf?la=en&vs=0>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UNITED NATIONS, **The sustainable development goals report**, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The_Sustainable_Development_Goals_Report_2016.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

UNICEF, **The state of world's children 2016: A fair chance for every child**, 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/UNICEF_SOWC_2016.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

UNSTATS, **The World's Women 2015**, 2015. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/gender/chapter4/chapter4.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM, **Global Gender Gap Report 2017**, 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ICRW. **Child marriage: facts and figures**, 2017. Disponível em: <<https://www.icrw.org/child-marriage-facts-and-figures/>>. Acesso em: 30 de mar. 2018.